

POLÍTICA EXTERIOR DO GOVERNO CÁRDENAS E O IMPACTO DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL NO MÉXICO

Ival de Assis Cripa*

Nossa pesquisa abordou a trajetória política de Lázaro Cárdenas, tomando como fonte os discursos políticos produzidos pelo mesmo durante a sua gestão presidencial (1934-1940). Buscamos contribuir com a revisão das interpretações sobre a história política do México nos anos 30. Lázaro Cárdenas foi eleito presidente do México em 1934, pelo Partido Nacional Revolucionário (PNR), com uma ampla base de apoio das massas, para colocar em prática o *programa social da Revolução Mexicana* – um compromisso de campanha assumido por ele. Sua gestão tinha como base de apoio o movimento operário unificado, os camponeses, o movimento sindical, a Central dos Trabalhadores Mexicanos (CTM) em especial, o Partido Comunista Mexicano e vários outros segmentos da sociedade mexicana: professores, mulheres e jovens, em defesa de seu programa de governo. Cárdenas, em seus discursos, definia-se como o realizador da revolução na sua mais pura essência e apto a implementar ações como a reforma agrária e a nacionalização do petróleo, transformando as lutas sociais das massas camponesas e operárias em causas da *Nação Mexicana*.

O apoio das massas permitiu-lhe constituir uma hegemonia política capaz de ações importantes no terreno social e na política internacional mexicana, como iremos demonstrar. Apresentaremos aqui uma parte da pesquisa que visou refletir sobre o significado, o alcance e os limites da política internacional de um governo popular e analisar a inserção do México na conjuntura da Segunda Guerra na América Latina. Iremos discutir, também, as relações entre os EUA e o México no final dos anos 30 e a relação do governo Cárdenas com os republicanos espanhóis. Como vamos demonstrar, o conflito mundial tornou possível ações mais firmes com os EUA, tais como a nacionalização da exploração do petróleo e, por outro lado, barrou o projeto de formação de uma frente de democracias populares contra o fascismo, após o fracasso iminente da república espanhola.

Após a implementação de reforma agrária, da nacionalização do petróleo e da ajuda ao governo republicano de Azaña, na Espanha, a gestão cardenista teve que en-

frentar a reação das forças conservadoras que, junto com os baluartes do grande capital financeiro, radicalizaram a oposição ao seu governo. No meio militar, aumentou o nervosismo, ante a crescente importância adquirida pelo movimento sindical organizado, com a formação das milícias operárias pela CTM. No âmbito internacional, era grande a rejeição da Inglaterra e dos EUA ao nacionalismo econômico do governo Cárdenas. O avanço do nazi-fascismo e as crescentes tensões entre os Estados Unidos e a União Soviética limitavam a possibilidade de o México aprofundar sua política de ampliação da soberania política e econômica. Em um primeiro momento, as crescentes tensões entre a Alemanha nazista e as potências capitalistas ocidentais favoreceram o governo do México, pela sua proximidade com os Estados Unidos, que queriam evitar problemas em suas fronteiras, facilitando ações como a nacionalização do petróleo. Porém, o México, mais cedo ou mais tarde, diante do conflito mundial, teria que entrar na esfera de influência dos EUA. Segundo Barry Carr, em livro intitulado *La Izquierda Mexicana a Través del Siglo XX*, publicado no México pela Ediciones Era em 1996, não resta dúvida de que Cárdenas criou condições para a acumulação capitalista no país, mas isso não qualificou sua gestão de meramente “reformista.” Para os mais importantes analistas da obra política de Cárdenas, as grandes mobilizações das massas nos anos 30 excederam os limites de uma política puramente “burguesa” e, durante um determinado período, as massas presentes na cena política, por reivindicar seus direitos, poderiam ter empurrado o governo mexicano mais para a esquerda, num momento de crise do sistema capitalista. Cabe indagarmos em que medida a conjuntura internacional criou obstáculos ao “reformismo” da gestão cardenista. A renúncia de Francisco Múgica, representante da ala esquerda do Partido Revolucionário Mexicano (antigo PNR), bem relacionado com o Partido Comunista Mexicano, mas que não conseguiu manter sua pré-candidatura no partido, é um dado importante nesse contexto.

Na medida em que Cárdenas definia os contornos de seu governo, a partir de ações como a reforma agrária na região de La Laguna e a nacionalização da exploração do petróleo, alguns de seus antigos companheiros se distanciaram. Entre eles, um general com uma importante biografia política e militar, e de grande prestígio entre as massas camponesas, o general Saturnino Cedillo, ex-governador de San Luis de Potosí, que fora designado Secretário de Agricultura do governo e autor, também, de uma peculiar reforma agrária, a dos colonos militares. Para pressionar Cárdenas, Cedillo apresentou sua renúncia ao cargo, mas foi vítima de seu próprio embuste: Cárdenas aceitou-a sem discutir. Em seu retiro, em San Luis Potosí, começou suas atividades sediciosas, estabelecendo, segundo Raquel Sosa Elizaga, em seu *Los códigos ocultos del cardenismo*, publicado no México por D. F., Plaza y Valdes em 1996, contatos com contrabandistas de armas

nos Estados Unidos e criando um certo incômodo ao presidente. Cedillo esforçava-se para conseguir apoio do exterior (segundo informações da embaixada americana, Cedillo possuía um agente nos Estados Unidos atuando à frente das companhias de petróleo americanas, um piloto, Cloyd Clavenger, encarregado de comprar aviões e munições para a revolta). O serviço de inteligência militar norte-americano apontou algumas ligações do general potosino com os nazistas e interpretaram que eles pensavam em aproveitar o conflito entre Cárdenas, as companhias de petróleo e Cedillo, para se apropriarem dos poços de petróleo mexicano. Sobre tais contatos entre Cedillo, as companhias e os alemães, o texto já indicado de Sosa, agora nas páginas 216-217, é bastante esclarecedor. Depois da expropriação petroleira, o procurador geral da República enviou ao presidente uma cópia de um artigo publicado na revista americana *Ken*, sobre a ação de redes de inteligência japonesa, italiana e alemã no México.

O artigo tornava pública a existência de aeroportos alemães clandestinos nas selvas de Campeche y Chiapas, de onde se enviavam armas a Cedillo e Yocupicio por meio de agentes nazis com passaportes falsificados. (...) Possivelmente vinculados com eles estava o agregado civil da delegação alemã, que havia servido na Gestapo em Moscou e na Bulgária até junho de 1935, cuja função aqui era manter o vínculo entre Yocupicio e Cedillo, viajando freqüentemente entre Sonora e San Luis Potosí.

Raquel Sosa, na página 217 da já citada obra, afirma que os agentes nazistas radicados nos Estados Unidos fizeram chegar um carregamento de armas a Tampico no vapor *Pánuco*, em 30 de junho de 1937. Segundo a autora (p. 219), o agente italiano Fernando Ricci colaborara na espionagem contra o apoio mexicano à República Espanhola e havia descoberto um carregamento de armas do navio *Mar Cantábrico*, o que facilitou seu afundamento.

Seus cúmplices mexicanos estavam em comunicação direta com Franco. Fernando Hostos Mora havia sido portador de uma mensagem ao militar fascista em 30 de novembro de 1937, que continha uma solicitação de apoio à Hitler, para conseguir derrubar Cárdenas. A publicação afirmava que suas intenções coincidiam com as da Alemanha, Itália, Japão, que haviam tratado inutilmente de conseguir concessões de ferro, manganês e petróleo no México...

Carlos Steiman, dirigente da união nacionalista mexicana, ex-oficial do exército, exilado em 1929 após a guerra cristera e casado com uma neta de Porfirio Díaz, reapareceu em San Luis Potosí em 1937, publicando, em um periódico local, um artigo em que afirmava que o México corria o risco de ser governado por um comunista, financiado pela União Soviética e que o principal agente comunista no país era a CTM, já que a central

possuía 20 mil milicianos armados na capital, segundo Sosa, na página 220. A Aliança Revolucionária Mexicana (ARM) qualificava Cárdenas como louco e traidor, diz a autora, acusando-o de provocar uma intervenção estrangeira.

Em 16 de maio de 1938, o presidente Lázaro Cárdenas proferiu um discurso sobre a situação política e econômica do país, em que rechaçou as afirmações de que o México vivia numa ditadura, alegando não haver perseguições políticas no país e que o alto nível de organização do proletariado não permitia afirmar que o México vivia num regime de inspiração comunista: “É tendencioso e falso que se diga que vamos em direção ao comunismo; isso é uma arma política que esgrimem os setores inimigos das classes trabalhadoras. O objetivo do regime é distribuir melhor a riqueza pública”. Tal discurso é um dos que compõe a coletânea de documentos publicados por Lázaro Cárdenas pela UNAM em 1986 (p. 298).

Entre os dias 17 e 19 de maio de 1938, o governo enviou dez aviões militares à região de Palomas. O general Cedillo fugiu, pois os apoios com que contava nunca apareceram. Os oito meses de resistência do general rebelde e sua derrota (foi assassinado) mostram, diz Sosa, que os inimigos do presidente estavam presentes e podiam rebelar-se a qualquer momento, mas são prova, também, de que havia passado a época em que um militar podia impunemente rebelar-se contra o governo mexicano. A derrota de Cedillo foi a demonstração de que o governo não toleraria mais a ação dos militares oriundos da Revolução, que se transformaram em “caciques” locais.

O êxito das reformas do governo Cárdenas deve-se, em grande parte, ao apoio das massas camponesas e operárias à reforma agrária e à expropriação das companhias de petróleo, que afetaram diretamente os interesses estrangeiros. Segundo Tzvi Medin, em seu livro *Ideología y Praxis Política del Cardenismo*, publicado no México pela Siglo Veintiuno em 1973, as terras da região de Yaqui foram expropriadas, cerca de cem fazendas pertencentes a norte-americanos. O mesmo se pode dizer sobre o fim dos privilégios das companhias. O acúmulo de forças garantido pelo governo, graças ao compromisso assumido e em certa medida cumprido, com as massas, permitiu-lhe enfrentar seus inimigos internos, tais como o general Calles, uma das lideranças mais autoritárias da Revolução Mexicana, e o general Cedillo, bem como as forças conservadoras articuladas com o capital estrangeiro. Assim, evitava-se que um conflito interno enfraquecesse sua posição perante os Estados Unidos.

Do ponto de vista de sua política exterior, a base de apoio popular permitiu-lhe tomar posições importantes em defesa da democracia, diante do conflito mundial iminente nos anos 30. Ao defender a República espanhola, estrategicamente, também abriu alguns espaços para garantir uma maior autonomia política e econômica com relação aos Esta-

dos Unidos, aproveitando-se do fato de que a sombra do fascismo e do nazismo sobre a Europa gerava preocupações sobre a condição das fronteiras dos Estados Unidos com o México. Para os Estados Unidos, tratava-se de fortalecer o sistema de segurança coletiva no continente. O governo Cárdenas, em todos os momentos, apoiou-o e aproveitou o momento e a conjuntura internacional para converter a *defesa da segurança e da paz no continente* – uma das premissas da Declaração de Lima (1938), assinada na Oitava Conferência Internacional Americana. O governo mexicano converteu tais argumentos num discurso em defesa da América Latina e segundo o historiador Tzvi Medin, na página 92 da obra *Ideología y Práxis Política de Lázaro Cárdenas*, o mesmo governo acreditava que estava em condições de questionar as ações dos Estados Unidos, colocando o governo norte-americano em contradição, pois, ao defender a soberania dos países latino-americanos, defendia a “constituição de uma unidade continental que deveria levar em consideração não só os perigos exteriores, mas também no que se refere às divergências dos norte-americanos com os outros países do continente”.

Tratava-se de, no estilo político de Cárdenas, flagrar os norte-americanos em seu próprio discurso e, a partir da proposição da “união pan-americana”, tentar neutralizar ao máximo sua hegemonia no continente. Durante a Conferência Pan-Americana, em Montevideú, em 1933, foi aprovada uma cláusula dizendo que nenhum Estado tem o direito de intervir em assuntos internos ou externos de outro. Em Buenos Aires, em 1936, acrescentou-se à cláusula, que, seja qual fosse o motivo, era inaceitável a intervenção e que se estabelecesse a obrigatoriedade de consulta comum, caso houvessem incidentes de tal ordem. Diante de tal posicionamento e da necessidade dos Estados Unidos de manterem a “política do bom vizinho” com o México, o governo de Roosevelt não tinha outra alternativa a não ser aceitar ações como a reforma agrária em terras de propriedade de norte-americanos no México e a expropriação das companhias de petróleo. Com relação à guerra civil espanhola, apesar de o México ter assumido a postura da não intervenção, devido ao apoio que as forças de Franco obtiveram do nazi-fascismo, o presidente mexicano considerava que a “neutralidade” diante da ameaça a um governo constitucional de um país amigo representava apoiar seus inimigos.

Diante das ameaças sofridas pelo governo de Azaña, o governo mexicano solidarizou-se com seus irmãos espanhóis agredidos. O Partido Revolucionário Mexicano, a Central dos Trabalhadores Mexicanos e o Partido Comunista Mexicano também solidarizaram-se com o legítimo governo espanhol. Assim como a República espanhola, o campo político mexicano estava polarizado: de um lado, o governo, a central sindical operária e os comunistas; do outro, a oposição nacionalista, os conservadores e os proto-fascistas. Partidos em dois, sentiam-se os mexicanos como os espanhóis e perguntavam-se se seria

esse seu futuro. Por isso, a vitória da República sobre o exército de Franco era importante para as forças reunidas em torno do governo Cárdenas. Para evitar que os conservadores se revoltassem, a CTM tentou formar milícias populares. De acordo com o livro de Sosa (p. 165), segundo informou o serviço de informação norte-americano, um documento do Partido Comunista Mexicano apoiava a continuidade da solidariedade com a Espanha e propunha que se “iniciasse a organização de milícias para a defesa do povo contra ataques reacionários.” Os comandos seriam compostos por “um camarada do Partido, e um camarada do sindicato dos grupos camponeses e um camarada da Frente Popular”, incumbidos de vigiar as atividades dos grupos reacionários.

O governo Cárdenas, ainda segundo Sosa (p. 169), não atuou só no plano diplomático, forneceu armas e munições para as forças republicanas, segundo a imprensa, vinte mil fuzis e vinte milhões de cartuchos foram vendidos; envio de voluntários e acolhida de quinhentas crianças órfãs, que foram alojadas num colégio interno. Enquanto que os Estados Unidos, a partir das cláusulas da reunião de Montevideú, mantinham-se “neutros”, negando qualquer ajuda ao governo republicano; com base nos mesmos princípios, o México defendia a ajuda à República espanhola. Essa política de concessão de exílio aos refugiados beneficiou também León Trotsky. Em 1936, após o expurgo do partido comunista na Rússia, sua condição na Europa era delicada. Em função da perseguição da polícia secreta do governo soviético, sua presença aumentava as tensões nas relações entre a Europa e a União Soviética. A alternativa foi buscar o exílio no México, através da intermediação de Diego Rivera, que recorreu a Cárdenas. O presidente aceitou o pedido de exílio, mas, no dia 3 de dezembro de 1936 e numa carta a Eduardo Hay, Secretário de Relações exteriores, afirmou que o México com sua política de relações internacionais defendia o direito de exílio a qualquer cidadão, independentemente de sua procedência. A concessão de exílio a Trotsky afastava mais ainda o México da União Soviética. Em maio de 1937, Cárdenas escreveu uma carta em resposta ao embaixador mexicano na Espanha, que havia solicitado o estabelecimento de relações diplomáticas com a URSS, em função da ajuda comum à Espanha. Cárdenas afirmou:

“Não me deterei em observar ao senhor as múltiplas controvérsias que teriam lugar desde logo – caso se restabelecessem tais relações, a presença de Trotsky em nosso país. Por importante que seja a figura deste político, seu significado não deixa de ser individual” (mensagem ao embaixador Mexicano em Valência na Espanha, Don Ramón P. Denegri, 10 de Maio de 1937).

Para o Partido Comunista Mexicano, a concessão do exílio político a Trotsky comprometia o apoio dado pelo Partido ao programa de reformas e o apoio à República es-

panhola, por parte do governo mexicano. Assim que chegou ao México, Trotsky assumiu o compromisso público de não intervir em assuntos políticos, limitando-se a escrever. Segundo Sosa (p. 172), é claro que Trotsky não cumpriu a promessa, “Em uma série intitulada *Los procesos de Moscú al Día*, Trotsky começou a informar com detalhe os ‘crimes’ de Stalin. Relatando a história política russa dos últimos anos, detalhava uma série de traições e assassinatos políticos que o chefe do governo havia permitido para conquistar a hegemonia, passando por cima dos objetivos revolucionários pelos quais haviam lutado milhões”.

Até a chegada de Trotsky, não se tinha uma idéia precisa do que havia ocorrido na URSS, após a morte de Lenin, diz Sosa. Naquele momento, o país estava agitado pelo conflito ideológico, com Cárdenas e seu governo sendo acusados de comunistas pelas forças conservadoras, afirmando que queriam estabelecer no país uma ditadura do proletariado. Os comunistas acusaram o governo do México de servir a burguesia imperialista, ao conceder exílio político ao líder e dissidente russo. Cárdenas, em seu diário pessoal, intitulado *Los Apuntes (1913-1940)*, publicado por Lázaro Árdenas pela UNAM em 1986, na página 440, contestou com o seguinte argumento: “Os comunistas simpatizantes dos regimes de Stalin sustentam que com a defesa de Trotsky se serve a burguesia imperialista. Não. Ao contrário, se defende a revolução em sua mais pura essência”.

Em poucos dias, diz Sosa, Trotsky converteu-se no profeta da política internacional mexicana, transformando a admiração pelas conquistas do proletariado russo em decepção com a ditadura stalinista, até ser assassinado. Segundo Tzvi Medin, o posicionamento do México com relação à guerra na Sociedade das Nações, durante a Conferência de Genebra, expresso pelo delegado Isidro Fabela (representante do México), defendeu o respeito aos pactos firmados e ao direito internacional: “A atitude mexicana converteu-se em quixotesca frente à acelerada deserção dos países europeus que buscavam todo tipo de fórmulas à margem do Pacto para tentar compactuar com os alemães e evitar a conquista, pois o choque militar se avizinhava. A Inglaterra e a França abandonaram de fato a Liga ao sacrificarem a Checoslováquia em Munique”.

Para Cárdenas, no discurso publicado na coletânea *Palabras y Documentos Públicos*, publicado no México, pela Siglo Veinteuno, em 1978 (p. 323), as condições que haviam propiciado a guerra eram:

A concentração de enormes fortunas em poucas mãos; a existência dos monopólios e a posse privada dos instrumentos de produção, assim como o usufruto indevido dos benefícios (...) produziu o empobrecimento das massas e desemprego das mesmas, multiplicando assim o ambiente propício para a guerra entre os imperialismos internacionais.

A crise internacional provocou um aumento das atividades de espionagem no território mexicano, mafiosos da Baixa Califórnia planejavam um atentado contra Cárdenas e os “camisas doradas” preparavam uma marcha da cidade de Juárez até a capital, apontam documentos da embaixada americana analisados por Raquel Sosa (p. 359): “Entre março e junho de 1939, a embaixada da inteligência militar norte-americana acumulou uma quantidade impressionante de informações sobre suspeitos agentes nazis e agentes nazis comprovados, empresas alemãs e japonesas com negócios no México, e ainda, cidadãos mexicanos que poderiam ter algum vínculo com a Alemanha”.

Em junho de 1939, Roosevelt preparava um boicote comercial ao país e suspendeu a compra do petróleo mexicano, comprometendo as finanças do Estado. Por outro lado, Sosa (p. 362) afirma que as companhias de petróleo tomavam medidas para desestabilizar o México,

A Companhia de Aguila, planejava provocar um escorrimento de petróleo para saturar e incendiar os poços de Azcapotzalco, Poza Rica e Plasmasola. Seus agentes reuniam-se no Clube Americano. O objetivo dessas operações era obrigar o México a importar gasolina em seis meses. (...) A inteligência norte-americana, que conhecia os movimentos das empresas, completava o panorama ao informar a Washington a existência de outro plano para assassinar o Presidente.

Esses projetos só não se efetivaram porque, após a Alemanha ter invadido a Polônia, ficou claro que uma ruptura com o México, naquele momento, seria perigoso para os Estados Unidos. A eclosão da guerra e as pressões dos Estados Unidos fizeram a moeda mexicana baixar. Mesmo protegendo a economia mexicana, a desvalorização da prata, a alta do dólar, o desajuste nas exportações e importações aumentou o déficit fiscal. Segundo Sosa (p. 362), para complicar mais as coisas, a negociação com as companhias de petróleo estava parada,

As companhias se negavam e aceitar a avaliação mexicana de seus bens (...) A Direção de Informação desmentia rumores difundidos por petroleiros de que o México havia-se negado a pagar indenizações ou de que lhe faltavam fundos para efetuá-lo. O que acontecia realmente era que Cárdenas havia rejeitado terminantemente a formação de uma comissão internacional para arbitrar o conflito.

Em março de 1940, uma das companhias aceitou que o governo mexicano fixasse o preço a ser pago, e as outras, sucessivamente, foram cedendo e estabelecendo novos acordos, colocando um ponto final na questão.

As eleições presidenciais de 1940 foram, segundo Barry Carr, as mais importantes da história mexicana no século XX. Em 1940, o poder passaria para o controle dos mo-

derados, no aparato de poder criado pela Revolução. As conquistas na distribuição das terras e as mobilizações populares em defesa da nacionalização do petróleo geraram, após 1938, uma reorganização das forças conservadoras e dos interesses do capital financeiro e industrial no país. Em meados de março de 1938, as forças conservadoras de oposição começaram a se reorganizar e o governo comprometeu-se em respeitar a ação da oposição, desde que estivesse circunscrita aos marcos das instituições vigentes.

Raquel Sosa chama a atenção para o peso das organizações de direita e de extrema direita no período: a incorporação do general Amaro ao Partido Revolucionário Anticomunista; a fundação do Partido Revolucionário Antifascista, em luta contra o fascismo e contra os comunistas; além da reorganização do Centro Unificador da Revolução; da Vanguarda Nacionalista e da intensificação da ação dos sinarquistas (identificados com o fascismo). A derrota da República espanhola comprometeu tanto a continuidade da política de reformas do governo quanto a escolha de um candidato pertencente à ala esquerda do PRM.

As forças que apoiavam Cárdenas, tais como a Central dos Trabalhadores Mexicanos, a Confederação Nacional Camponesa e o Partido Revolucionário Mexicano hostilizaram a ação da extrema direita. Dentre os que se opunham ao governo, podemos citar Juan Andrew Almazán, ex-chefe de zona militar, que tentou angariar o apoio das massas fazendo críticas ao governo, culpando-o pela crise econômica. No interior do PRM, três candidatos surgiram entre maio e julho, aponta Sosa, anunciando uma crise interna no PRM, partido de Cárdenas. Para contorná-la, o presidente forçou a mudança do presidente do partido, Luis Rodriguez, que renunciou ao cargo.

A escolha do candidato, na convenção do Partido, mobilizou todo o país. O candidato das esquerdas era Francisco Múgica, defensor apaixonado da reforma agrária e representante da ala mais radical e amigo de Cárdenas. Ele era conhecido por ter desempenhado um importante papel para conseguir o visto de exílio para Trotsky, tornando-se um simpaticante da IV Internacional. Segundo Barry Carr, na obra *La Izquierda Mexicana a través del siglo XX* (p. 75); nos anos 20, Francisco Múgica aproximou-se do Partido Comunista Mexicano e, na condição de secretário de comunicações do governo Cárdenas, manteve boas relações entre os comunistas e o Ministério. A seleção dos delegados votantes na convenção do PRM passava por “filtros” controlados pelos dirigentes das organizações filiadas ao Partido, que eram incumbidos de credenciar os delegados representantes do setor agrário, sindical e popular que controlavam as assembleias. Francisco Múgica denunciou a parcialidade da convenção e reivindicou a mudança de toda a diretoria do Partido, mas não foi atendido. Segundo Sosa (p. 394):

O custo de una pré-campanha honesta e radical havia sido muito grande para ele. Iden-

tificado com as causas do cardenismo, via com alarme a ascensão da direita e seguia de perto cada um de seus movimentos. Havia evidenciado as pressões que se exerciam sobre os funcionários públicos para que se manifestassem por Avila Camacho, outro pré-candidato no PRM e percorria cidades e *pueblos* difundindo a necessidade de apoiar consciente e ativamente o aprofundamento das mudanças realizadas.

Para tornar as coisas mais difíceis, a imprensa norte-americana iniciou uma campanha visando identificar o México como um possível centro de operações do nazi-fascismo.

Francisco Múgica proferiu um discurso intitulado “Manifesto ao povo do México”, em que retirava sua pré-candidatura no PRM, em 14 de julho de 1939, alegando, segundo Sosa (p. 394), que se instalou no país “um intransigente e violento monopólio personalista, defensor dos interesses mesquinhos e propiciador do continuismo de todos os elementos parasitários que vivem em torno de todos os regimes”. Múgica atribuiu a responsabilidade dos descaminhos da política mexicana aos poderosos setores que haviam se organizado graças à Revolução e que só estavam interessados em manter as cômodas posições que tinham ocupado. A renúncia de Francisco Múgica, defensor das principais conquistas operárias e camponesas durante a gestão cardenista, era um indício de que os rumos da política de reformas do cardenismo haviam se desvirtuado. O candidato escolhido foi Avila Camacho, que permaneceu alheio à luta política no interior do Partido. Somente em fins de julho pronunciou-se sobre seus objetivos no âmbito da reforma agrária e da política sindical: conceder aos camponeses títulos de posseção dos *ejidos*, defesa da pequena propriedade; controle dos sindicatos para que não impedissem a livre expressão de outras forças sociais. Segundo Sosa (p. 397): “Demasiado pouco para as expectativas criadas pelo regime que o apoiava”.

O momento político para as forças reunidas em torno de Cárdenas não permitia avançar mais, mas sim evitar que as principais conquistas dos camponeses e operários fossem subtraídas. Estimulando uma revolta contra o cardenismo, se Múgica fosse o escolhido, o mesmo informe dizia que as companhias de petróleo ofereciam um empréstimo de cem milhões a Almazán e fretariam barcos particulares com armas e munições e que nas fileiras do exército haviam muitos almazanistas militares, de alta e de baixa patente. A campanha presidencial era um assunto de segurança nacional. Almazán e as forças conservadoras que o apoiavam, os capitalistas, reivindicavam garantias para os investimentos.

Perante as pressões, segundo Sosa (p. 414), o PRM capitulou e aprovou um programa político ameno, em que “o Estado seria simplesmente um *fator de equilíbrio social*; não pretendia-se forçar a luta de classes até suas *consequências últimas*, mas reparar gradualmente as injustiças para fazer do México uma pátria forte, capaz de livrar-se de

influências estranhas.” Hernan Laborde, presidente do PCM, segundo Carr (p. 77), fazendo uma autocrítica do apoio incondicional do partido ao PRM e ao presidente, aponta que o partido da revolução não era uma frente popular, pois era governado sem normas democráticas. Um “partido de governo”, dirigido pelo mesmo, permitindo que Cárdenas impusesse o controle sobre as massas camponesas e operárias. As eleições deram vitória a Ávila Camacho, com um enorme saldo de violência: dez mortos e quarenta feridos, segundo o relatório do Secretário de Defesa e 21 mortos e 206 feridos, segundo a imprensa, em dados apresentados por Sosa (pp. 419-421).

Antes de deixar o governo, o presidente Cárdenas pressentiu que as principais conquistas de sua gestão seriam perdidas ou descaracterizadas. Então, procurou rebater algumas críticas do candidato derrotado, Juan Andrew Almazán – quem em Nova York deu declarações à imprensa afirmando que no México não existia liberdade. Almazán afirmava, ainda, que sua derrota se devia a uma fraude eleitoral de um governo inspirado no “comunismo”, corrupto e ineficaz. Em resposta, Cárdenas, em uma entrevista concedida à imprensa nacional, datada de 3 de setembro de 1940, publicada na obra de Árdenas (p. 445), evocou as liberdades políticas garantidas por seu regime, as conquistas sociais das massas em sua gestão e sublinhou o fato de que elas não deveriam abrir mão das mesmas:

As conquistas logradas pelos operários, não podemos imaginar sequer que os próprios operários, nem a Revolução, permitirão que lhes sejam arrebatadas; a entrega da terra aos camponeses (...) tampouco acreditamos que possam os camponeses permitir que lhes sejam arrebatadas; a multiplicação das escolas, a livre expressão do pensamento, o respeito à vida humana, a aplicação do artigo 27 constitucional aos nacionais e a estrangeiros e a política internacional do México, são todas conquistas e novas normas que a Revolução legou ao povo e que o povo considera como suas.

Ao colocar em prática “o programa social” da gestão cardenista, representado pelo Plano Sexenal, elaborado durante a campanha presidencial, o governo Cárdenas aprofundou o programa de divisão das terras, superando numericamente todos os outros presidentes mexicanos empossados após 1910, em termos de dotações de terras. A reforma educacional da gestão cardenista deu ênfase à educação popular de cunho socialista e também representou uma conquista para os trabalhadores.

Como foi possível perceber, em seus discursos, Cárdenas nunca propôs uma ruptura entre o capital e o trabalho, mas defendia um “tratamento igual para partes desiguais” entre as classes, para citar um discurso analisado. Ao tentar equacionar os conflitos dentro da ordem estabelecida, ainda que defendendo a emancipação dos trabalhadores e a am-

pliação de seus direitos sociais, contribuiu para a corporativizar as relações entre Estado e sociedade. Tal como mostrou Claus Offe, na obra *Capitalismo Desorganizado*, publicado pela Brasiliense em 1989, na página 255, torna-se impossível dar um tratamento igual para partes desiguais numa sociedade dividida em classes. Nos países capitalistas avançados, tentou-se criar estruturas políticas igualitárias entre representantes dos trabalhadores e do capital: “a igualdade de voto para trabalho e capital não equilibra, de modo algum, as diferenças de poder de mercado”. O compromisso assumido pelo governo Cárdenas com os trabalhadores garantiu conquistas significativas para esses segmentos e empurrou sua gestão para a esquerda, até onde era possível ir ou até onde a conjuntura internacional permitiu. A derrota da República espanhola, a oposição das Companhias de Petróleo e as pressões para que o México fosse submetido à hegemonia dos Estados Unidos na condução da política exterior dos países do continente americano – na iminência do conflito mundial –, barraram a radicalização da gestão cardenista.

A utopia cardenista “estatizou-se” e o seu “reformismo”, semelhante ao da social-democracia, renunciou à transição para o socialismo e contentou-se em equacionar os conflitos dentro da ordem capitalista, localizando no Estado as ferramentas de sua ação política e afastando-se dos movimentos sociais, que perderam autonomia. Não se tratava de uma “Ditadura do Proletariado”, mas o “Partido da Revolução” estava incumbido – de cima para baixo –, de garantir a atenuação das desigualdades sociais, pela ampliação da esfera dos direitos sociais, cujo preço foi a formação de uma ordem corporativa e burocrática com uma hegemonia de mais de setenta anos, que mesmo com a eleição de Fox não terminou. Quando o Partido passou a chamar-se PRM, sob a gestão cardenista, em 1938, introduziu o tema da justiça social, a luta de classes e socialismo em sua carta de princípios. Mas caberia à elite revolucionária, sob o comando do Estado interventor, promover o desenvolvimento econômico e a justiça social.

O fato de as massas não haverem conquistado por seus próprios meios a “justiça social”, mas de o Partido e o governo revolucionário outorgarem alguns direitos sociais permitiu que, após entregar cargo em 1940, o partido fosse transformado em PRI (Partido Revolucionário Institucional), abandonando a princípio socialista e o compromisso social da gestão cardenista, mantendo o Estado como eixo do “desenvolvimento com justiça social”. Sobre esse tema, ver o artigo e Ilán Bizberg: *Legitimidad y cultura política: una discusión teórica y una revisión del caso mexicano*, na *Revista Mexicana de Sociología*, publicada no México, pela UNAM, em 1997. O Estado intervencionista que se constituiu plenamente na época de Cárdenas e ajudou a consolidar a burocracia do PRI, foi, também, responsável pelas principais conquistas sociais da Revolução Mexicana. Contudo, a trajetória política de Cárdenas, longe de ser linear ou previsível, mostra que as conjunturas,

externa e interna, influenciaram na definição de suas políticas. Se a república Espanhola não tivesse sido derrotada, o vento das reformas poderia ser incessante, para usar uma expressão de Adolfo Gilly em seu *El cardenismo, una utopia mexicana*, da Editora Cal y Arena, publicado em 1994 no México, sobre o cardenismo. Nos dias de hoje, diante da hegemonia unilateral dos EUA, da conquista do Iraque e da instabilidade política na América do Sul, qualquer tentativa, por parte de um governo, de construção de um bloco de países democráticos no Cone Sul e em toda a América Latina, numa frente autônoma de democracias, contra as ingerências dos EUA, deve rever a experiência do governo Cárdenas, para não recair nas mesmas contradições ou chegar ao mesmo impasse.

Recebido em março/2006; aprovado em maio/2006.

Notas

* Professor de História da América Latina da Faculdade de História do Centro Universitário Unifieo. O artigo é uma parte de dissertação de mestrado apresentada no Dep. de História da Universidade de São Paulo, em 5/7/200, sob a orientação da Prof. Dra Maria Helena Capelato.